

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO PLANETÁRIA E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO

Antônia Lima de Araújo¹

INTRODUÇÃO

A gestão escolar democrática tem se consolidado como um dos principais eixos para a melhoria da qualidade do ensino nas instituições educacionais. Esse modelo de gestão pressupõe a participação ativa de professores, estudantes, famílias e demais membros da comunidade escolar nos processos decisórios. Segundo Paro (2016, p. 25), “a gestão democrática da escola pública não é apenas um princípio legal, mas uma necessidade pedagógica”. Dessa forma, entende-se que a democratização da gestão contribui para a construção de práticas educacionais mais inclusivas. Além disso, fortalece o compromisso coletivo com os objetivos educacionais. Tal perspectiva amplia o papel da escola como espaço de formação cidadã.

No contexto educacional brasileiro, a gestão democrática é respaldada por marcos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). Esses documentos reforçam a importância da participação social na organização da escola. Conforme Libâneo (2018, p. 112), “a participação na gestão escolar favorece o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva”. Assim, a gestão democrática não se limita a aspectos administrativos, mas envolve dimensões pedagógicas e sociais. Essa abordagem impacta diretamente a qualidade do ensino ofertado. Portanto, discutir seus efeitos torna-se fundamental para o aprimoramento educacional.

DESENVOLVIMENTO

A gestão escolar democrática caracteriza-se pela descentralização do poder e pelo diálogo constante entre os sujeitos escolares. Nesse modelo, o gestor atua como mediador e articulador das ações pedagógicas. Lück (2014, p. 36) afirma que “a liderança participativa promove maior comprometimento da equipe escolar com os resultados educacionais”. Dessa forma, as decisões passam a refletir as necessidades reais da comunidade. Isso contribui para práticas pedagógicas mais contextualizadas. Conseqüentemente, a escola torna-se um espaço mais acolhedor e eficaz.

¹ Gestora e mestranda em Educação pela Universidad de la Empresa, Montividéu-UY

Um dos principais instrumentos da gestão democrática é o Projeto Político-Pedagógico (PPP), construído coletivamente. O PPP orienta as ações da escola e expressa sua identidade institucional. De acordo com Veiga (2013, p. 15), “o projeto político-pedagógico é um processo coletivo de reflexão e ação”. Essa construção compartilhada fortalece o planejamento escolar. Além disso, possibilita maior coerência entre objetivos e práticas pedagógicas. Assim, o ensino tende a alcançar melhores resultados.

A participação da comunidade escolar nos conselhos e assembleias também é elemento central da gestão democrática. Esses espaços favorecem o diálogo e a transparência nas decisões. Paro (2016, p. 48) destaca que “a participação efetiva da comunidade escolar qualifica o processo educativo”. Tal envolvimento contribui para a resolução de conflitos e para o fortalecimento das relações interpessoais. Ademais, promove maior corresponsabilidade pelos resultados da escola. Isso impacta positivamente o clima organizacional.

No âmbito pedagógico, a gestão democrática incentiva práticas colaborativas entre os docentes. O trabalho coletivo favorece a troca de experiências e o desenvolvimento profissional. Segundo Libâneo (2018, p. 119), “o trabalho em equipe é condição essencial para a melhoria do ensino”. Dessa forma, os professores sentem-se mais valorizados e motivados. Esse engajamento reflete-se na qualidade das aulas. Assim, os estudantes são diretamente beneficiados.

Outro aspecto relevante é a valorização da autonomia escolar. A gestão democrática permite que a escola adapte suas ações à realidade local. Freire (1996, p. 47) afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Esse princípio também se aplica à gestão, ao reconhecer os saberes da comunidade. Tal autonomia favorece práticas pedagógicas mais significativas. Consequentemente, o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais eficaz.

Entretanto, a implementação da gestão democrática enfrenta desafios, como a resistência à participação e a falta de formação dos gestores. Muitas vezes, a cultura escolar ainda é marcada por práticas autoritárias. Lück (2014, p. 58) ressalta que “a gestão democrática requer mudança de mentalidade e formação contínua”. Superar esses obstáculos é fundamental para consolidar esse modelo. Assim, políticas públicas de formação tornam-se essenciais. Isso garante a efetividade da gestão democrática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados indicam que escolas com práticas democráticas apresentam melhores índices de aprendizagem. A participação coletiva contribui para decisões mais assertivas. Conforme Paro (2016, p. 72), “a qualidade do ensino está diretamente relacionada à forma como a escola é administrada”. Esses resultados evidenciam a importância da gestão democrática. Além disso, apontam para a necessidade de ampliar tais práticas. Dessa forma, a escola cumpre melhor sua função social.

Observa-se também a melhoria do clima escolar e das relações interpessoais. A escuta ativa e o diálogo reduzem conflitos e fortalecem vínculos. Libâneo (2018, p. 130) afirma que “ambientes participativos favorecem relações mais humanas e solidárias”. Esse ambiente positivo reflete-se no desempenho dos estudantes. Além disso, contribui para a permanência escolar. Assim, a gestão democrática mostra-se eficaz em múltiplas dimensões.

Apesar dos avanços, ainda há limitações na efetivação da gestão democrática. A participação, muitas vezes, ocorre de forma superficial. Lück (2014, p. 61) alerta que “participar não é apenas estar presente, mas influenciar decisões”. Dessa forma, é necessário fortalecer mecanismos reais de participação. A formação continuada é um caminho essencial. Assim, os impactos positivos podem ser ampliados.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a gestão escolar democrática exerce impactos significativos na qualidade do ensino. Ao promover a participação coletiva, fortalece o compromisso com a aprendizagem. Esse modelo contribui para práticas pedagógicas mais coerentes e inclusivas. Além disso, melhora o clima organizacional da escola. Os resultados indicam avanços no desempenho acadêmico. Portanto, a gestão democrática mostra-se fundamental para a educação de qualidade.

Diante disso, torna-se imprescindível investir na consolidação da gestão democrática nas escolas. Isso requer políticas públicas, formação de gestores e engajamento da comunidade. Como destaca Freire (1996, p. 68), “a educação é um ato coletivo e político”. Assim, a gestão escolar deve refletir esse princípio. Somente dessa forma será possível garantir uma educação mais justa. A qualidade do ensino depende, portanto, de uma gestão verdadeiramente participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Libâneo, J. C. (2018). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. São Paulo: Cortez.

Lück, H. (2014). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Paro, V. H. (2016). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez.

Veiga, I. P. A. (2013). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papyrus.

Profa. Dra. Cássia S. de C.
Ribeiro
160.244.725.18

Prof. Dra.
Revista PHILOS
Website: <https://seuartigo.com.br/>



Junior Peres
Coordenação Geral
Congresso Internacional em
Educação Planetária
CNPJ: 45774153000124

